

**IDENTIFICAÇÃO DAS CARACTERÍSTICAS ASSOCIADAS AO
PLANEJAMENTO TRIBUTÁRIO AGRESSIVO QUE AMPLIAM A
INCERTEZA TRIBUTÁRIA: ABORDAGEM POR MEIO DE UM ESTUDO
DE CASO**

RESUMO:

No meio acadêmico, a compreensão das práticas de planejamento tributário e agressividade empresarial frequentemente se baseia em métricas padronizadas, como a taxa efetiva de tributação (ETR). No entanto, tais métricas podem simplificar a complexidade das estratégias tributárias e não refletir adequadamente a diversidade dessas práticas nem os perfis de agressividade dos gestores. Para uma análise mais aprofundada, este estudo de caso focou na Ambev S/A, utilizando uma abordagem de triangulação de dados para explorar práticas contemporâneas e características de agressividade tributária. Resultados indicam a persistência em atividades arriscadas e incertas, demonstrando que a agressividade tributária excede as definições convencionais, como a norma fornecida pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) número 22, relacionada à incerteza da tributação sobre o lucro.

Palavras-Chave: Agressividade tributária; Normas brasileiras de contabilidade; Incerteza tributária; Perseverança tributária.

1. INTRODUÇÃO

Globalmente, a complexidade tributária e altas cargas impulsionam a busca por estratégias de eficiência fiscal, que por vezes são questionáveis. No Brasil, diversidade tributária e alta carga levam empresas a

adotar planejamento tributário para redução de custos. Em meio à complexidade tributária, o planejamento tributário ganha relevância, demandando que impostos sejam vistos como custos, e não obstáculos, como enfatizado por Scholes et al. (2014).

A redução de custos pode surgir na escolha de determinados ativos que proporcionem benefícios fiscais, bem como a identificação de brechas na legislação tributária que possam ser exploradas. Entretanto, é importante ressaltar que nem todas as estratégias de minimização de custos fiscais são consideradas lícitas pelas autoridades fiscalizadoras. Além disso, a adoção de tais estratégias pode gerar incertezas e riscos que abrange qualquer imposto e não somente para incerteza do tratamento do imposto sobre o lucro conforme sugeriu a norma brasileira de número 22 do Comitê de Pronunciamento Contábeis (CPC).

Contudo, existem empresas que realizam diversas estratégias no intuito de restringir a incidência de impostos, porém não fica evidenciado em suas demonstrações financeiras (DFs), quais são os tipos de práticas utilizadas a fim de reduzir a carga tributária. Essa dedicação de reduzir a carga tributária na literatura internacional denomina-se tax avoidance (Hanlon & Heitzman, 2010), independentemente da finalidade (Rego & Wilson, 2012).

Nesse prisma, de agressividade tributária, os pesquisadores têm utilizado taxas efetivas de imposto de caixa (ETR), diferenças totais e permanentes de impostos contábeis (BTD) como proxies para detectar agressividade tributária (Rego & Wilson, 2012). Por esse motivo, a necessidade de estudar as determinantes do risco tributário (Liu et al., 2019) e entender as

características da agressividade tributária que podem ser utilizadas para medir o risco tributário.

A medida de ETR e outras proxies são utilizadas por vários pesquisadores para medir a agressividade tributária (Rego & Wilson, 2012; Lin et al., 2019). Essas medidas podem ser muito simplificadas e podem não capturar as diversas formas de planejamento tributário. Ao usar as métricas encontradas na literatura, pode haver confusão em relação ao que se está efetivamente capturando, se é apenas a carga tributária, o nível de planejamento tributário, o nível de agressividade do gestor ao se engajar em ações de planejamento tributário com maior risco. Dessa forma, pode haver a necessidade de encontrar outras proxies para agressividade tributária. Desse modo, este estudo visa investigar com maior profundidade: como podem ser tipificadas as práticas de planejamento tributário que podem caracterizar a agressividade tributária que ampliam a incerteza tributária?

O estudo de caso é um método de pesquisa amplo e que nos permite entender com mais exatidão e profundidade como podem ser tipificadas as práticas de planejamento tributário que podem caracterizar a agressividade tributária. Ademais, à medida que os impostos tornaram mais importantes para os reguladores, autoridades fiscais, públicos e a mídia, a incerteza associada ao tax avoidance tornou-se de maior interesse (De Simone et al., 2020). Nessa conjuntura, a pesquisa tem como objetivo geral descrever e analisar as condutas de uma entidade que podem caracterizar e tipificar a agressividade tributária, por meio de triangulação de fonte de dados da empresa Ambev S/A.

O entendimento científico da agressividade tributária aprimora o planejamento fiscal empresarial e oferece aos investidores compreensão mais profunda. Novas proxies de medição podem resultar da pesquisa. O estudo de caso impacta políticas públicas, normas contábeis, decisões gerenciais e pesquisa sobre agressividade tributária em um mundo globalizado.

2. REVISÃO DA LITERATURA

2.1 Agressividade Tributária

A agressividade tributária pode ter outras características que vão além das do planejamento tributário. Nessa perspectiva, as empresas podem se beneficiar de brechas ou falhas na legislação para desenvolver esquemas de planejamento tributário agressivo (Ftouhi & Ghardollou, 2020). Dessa forma, aproveitam-se da complexidade da lei como um benefício para suas operações.

Segundo Mustafa (1996), a complexidade da legislação tributária decorre de uma série de elementos presentes nas leis, tais como ambiguidades, alterações frequentes, cálculos, formulários exigentes e a necessidade de manter-se atualizado sobre todos os detalhes envolvidos. Ademais, Saad (2014) verificou que os contribuintes têm conhecimento insuficiente sobre os aspectos técnicos do imposto de renda que tiveram a percepção de intrinsecamente complexos. Dessa forma, há uma maior demanda de conhecimento tributário quando existe: (i) a percepção de que um imposto é complexo (envolvendo transações de vários produtos); (ii) variedade de dispositivos tributários;

e (iii) operações acontecendo em maiores proporções (envolvendo vários municípios, estados e países).

Estendendo esse raciocínio, avaliação da agressividade tributária por meio de métricas é fundamentada em diferentes indicadores que buscam medir a amplitude e a complexidade das práticas de planejamento tributário adotadas pelas empresas. Dentre as principais métricas identificadas na literatura, destacam-se: Taxa Efetiva de Impostos (ETR); GAAP ETR; e CASH ETR (Rego & Wilson, 2012; Lin *et al.*, 2019; Hanlon & Heitzman, 2010).

O risco fiscal é debatido na literatura com várias interpretações. Lin *et al.* (2019) o veem como perdas inesperadas, Chen *et al.* (2021) como incerteza tributária e Dyreng *et al.* (2019) abrangendo incerteza e benefícios fiscais. Essas visões ressaltam a complexidade do tópico, demandando análises plurais da incerteza fiscal empresarial.

3. METODOLOGIA

Essa pesquisa utilizou o método de estudo de caso, por ser uma abordagem adequada para investigar eventos contemporâneos e identificar comportamentos relevantes que contribuíram para sua ocorrência, como destaca Yin (2010). Para analisar eventos tributários e avaliar riscos, coletamos dados no formulários da Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e DFs. Evitamos contato com a empresa para minimizar riscos, assegurando propósito científico sem prejudicar indivíduos ou organizações

A escolha da Ambev S/A. foi realizada por meio de seleção na modalidade de estudo de caso instrumental (Lima, Antunes, Mendonça Neto & Peleias, 2012), e em virtude de sua aderência às métricas de agressividade

tributária encontradas na literatura. Assim, utilizamos os dados coletados das DFs e aplicamos as métricas mais frequentemente utilizadas em estudos científicos, como a ETR e a CASH ETR. Essas métricas nos possibilitaram identificar a presença de práticas agressivas de planejamento tributário na empresa em estudo. Na Tabela 1, são apresentados os cálculos da ETR e CASH ETR.

Tabela 1-Métricas de agressividade tributária

ANO	ETR	CASH ETR	ANO	ETR	CASH ETR
2000	0,34	0,00	2011	0,22	0,11
2001	0,34	0,00	2012	0,18	0,13
2002	0,34	0,00	2013	0,18	0,18
2003	0,23	0,26	2014	0,14	0,18
2004	0,28	0,10	2015	0,22	0,13
2005	0,31	0,14	2016	0,02	0,40
2006	0,32	0,01	2017	0,39	0,17
2007	0,23	0,09	2018	0,14	0,13
2008	0,22	0,24	2019	0,06	0,16
2009	0,27	0,10	2020	0,13	0,12
2010	0,21	0,12	2021	0,05	0,09

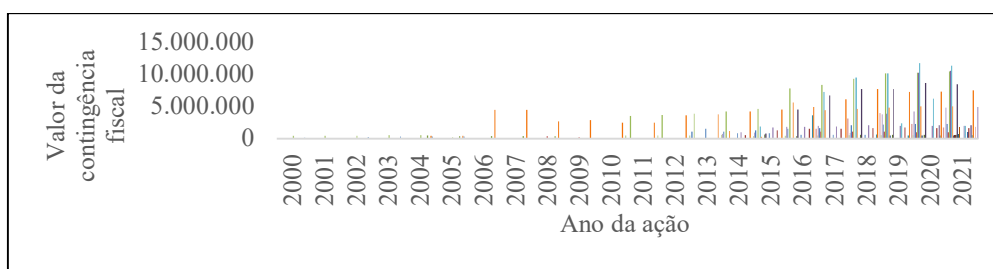
Ao analisar a Tabela 1, observa-se que a Ambev adotava uma postura conservadora em relação às alíquotas de impostos até 2002. No entanto, ao longo dos anos, a empresa passou a adotar práticas mais agressivas, conforme indicado pela diminuição das alíquotas efetivas.

Devido à sua grande operação, a Ambev pode estar utilizando diversas formas de planejamento tributário. A empresa opera em 18 países, tendo como resultado da fusão de duas grandes cervejarias brasileiras, a Companhia Antarctica Paulista e a Companhia Cervejaria Brahma, em 1999. Desde então, a Ambev destacou-se no cenário nacional pela trajetória que envolve a

aquisição de concorrentes locais e estrangeiros, tendo como destaque a sua integração com a Anheuser-Bush Inbev, localizada na Bélgica. Como resultado, o grupo Anheuser-Bush Inbev tornou-se a líder do mercado global de cerveja.

Nosso estudo abrangeu um período de 22 anos, permitindo a investigação de eventos relacionados ao planejamento tributário da Ambev. Identificamos várias ações que podem resultar em redução ou benefícios fiscais, especialmente aquelas que envolvem transferências de receitas, conhecidas como arranjos sofisticados (Ftouhi & Ghardallou, 2020). Ao analisar as contingências tributárias ativas e passivas, notamos maior concentração de questionamentos nos períodos com índices menores de ETR. A Figura 1 mostra a concentração do volume e valor das contingências fiscais ao longo do tempo, com o eixo vertical representando o valor das contingências e o eixo horizontal indicando a concentração das ações.

Figura 1- Relação entre a concentração de volume e a contingência fiscal ao longo do tempo.



Fonte: Elaborado pelo autor

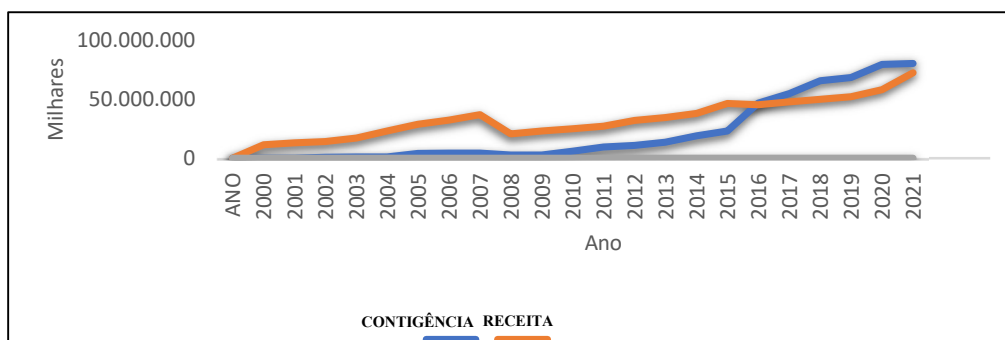
Dessa forma, conduzimos uma investigação minuciosa, identificando e classificando eventos que envolveram tributos federais, estaduais e municipais, e avaliando os riscos associados. Para isso, utilizamos uma abordagem de triangulação metodológica, utilizamos métodos qualitativos para analisar em que momento a

empresa assume o risco tributário. A seguir, apresentamos detalhadamente as metodologias utilizadas.

3.1 Identificação e avaliação dos eventos

Analisamos que as contingências fiscais não provisionadas aumentavam a cada ano, com picos de variação em alguns períodos. Coletamos os dados de receita da empresa em cada um desses anos, os quais são apresentados na Figura 2. Essa representação visual tem como objetivo mensurar a proporção das contingências fiscais não provisionadas em relação à receita da empresa.

Figura 2 - Proporção das contingências fiscais não provisionadas em relação à receita da empresa ao longo dos anos.

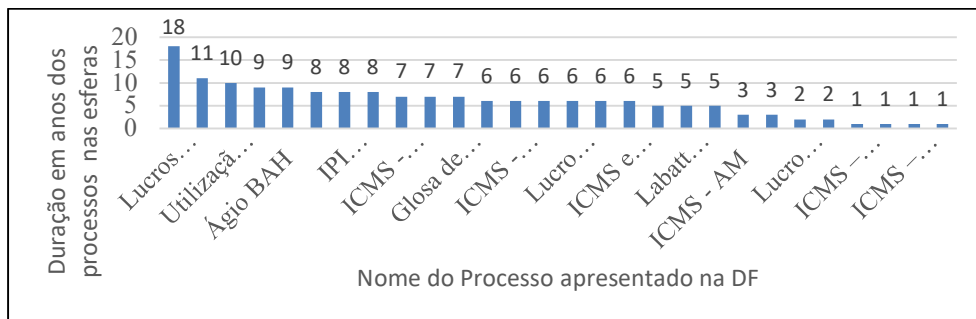


Fonte: Elaborado pelo autor

As contingências não provisionadas da Ambev em relação à receita têm aumentado anualmente, chegando a representar 110,96% da receita em 2021. É importante ressaltar que alguns processos têm se arrastado há décadas em esferas administrativas e judiciais. Para investigar esse aspecto, analisamos a duração dos processos classificados como possíveis ou remotas nas notas explicativas. A Figura 3 mostra a duração em anos dos processos em diferentes esferas, permitindo uma análise visual do tempo de julgamento. Essa

representação visual nos ajuda a compreender a extensão temporal dos processos em andamento.

Figura 3 - Duração dos processos em diferentes esferas.



Fonte: Elaborado pelo autor

Observamos na Figura 3 que alguns processos fiscais estão em andamento há décadas, o que sugere que processos complexos podem levar mais tempo para serem julgados, uma vez que podem apresentar contradições ou brechas na legislação fiscal que precisam ser analisadas pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Nessa conjuntura, considerando o cenário tributário em que a empresa está inserida, investigamos as estratégias adotadas para a redução de custos fiscais, bem como as consequências decorrentes da não utilização de benefícios tributários disponíveis. Com base nas informações coletadas, elaboramos uma matriz de risco para identificar os possíveis impactos financeiros relacionados às contingências fiscais da empresa.

3.2 Classificação dos eventos por fatores de riscos

Após a análise cuidadosa das notas explicativas presentes nas DFs, foram identificados diversos processos judiciais relacionados a contingências

fiscais. Essas contingências foram categorizadas em passivas (peso 1) - quando a empresa é cobrada por tributos - e ativas (peso 0) - quando a empresa reivindica tributos. Também foram incluídas informações sobre o valor da ação em cada ano financeiro e o valor total do ativo do período correspondente.

As informações relacionadas às ações tributárias foram categorizadas e nomeadas de acordo com o tipo de imposto envolvido. Além disso, os impostos foram classificados como 1 para impostos sobre o lucro e 0 para outros impostos. Para neutralizar o impacto do tamanho da empresa, adicionou-se uma coluna com a fórmula valor da ação/ativo. Também foram incluídas informações sobre a esfera e a fase atual do processo. Para considerar a gravidade da situação, atribuiu-se peso 1 aos processos no Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF) e/ou administrativos, peso 2 aos processos em fase judicial e peso 3 aos processos no Supremo Tribunal Federal (STF). Esses dados permitem uma análise mais abrangente das ações tributárias em questão.

Finalmente, incluímos uma coluna para o resultado da contingência, que consideramos como nossa variável de resposta (y). Classificamos os resultados de forma categórica, atribuindo o valor 1 aos processos em que houve ganho ou manutenção na nota explicativa como decisão favorável em alguma esfera. Por outro lado, os processos em que houve perda de fato, reconhecimento de provisão durante as DFs, ou processos que continuam nas notas explicativas e que tiveram somente decisões desfavoráveis, foram classificados com o valor 0.

3.3 Critérios para avaliação qualitativa e quantitativos dos riscos tributários

Para a avaliação quantitativa do risco assumido pela empresa, foram utilizadas bases de dados tabuladas para a classificação dos eventos por fatores de risco (item 3.2) e aplicada a técnica de regressão probit. Optou-se pelo modelo de regressão probit, uma vez que a variável de resposta "y" é binária e as variáveis independentes são tanto métricas como categóricas, produzindo a probabilidade de o evento ocorrer. Utilizou-se o software estatístico Stata® versão 14.0, que oferece um conjunto robusto de técnicas de análise de variáveis dependentes qualitativas e regressão logit e probit (Fávares & Belfiore, 2017).

Além do mais, a lista de probabilidade gerada no resultado do modelo de regressão probit foi utilizada para compor a base para o cálculo de matriz de risco, utilizando a seguinte equação: $Resultado(Y) = a + TIPOIMP_1 + VALOR_2 + ESFERA_3 + TEMPODOPROCESSO_4$

Em que: Resultado (Y) = Risco de perda da contingência fiscal, TIPOIMP = Tipo do imposto, VALOR = Valor da observação de contingência, ESFERA = Esfera em que o processo está sendo julgado, TEMPODOPROCESSO=Tempo que o processo esteve classificado como contingências em notas explicativas.

3.4 Critérios para avaliação da matriz de riscos

A matriz de risco tem como objetivo classificar as observações de risco com base na probabilidade e impacto, permitindo a adoção de ações preventivas ou corretivas para minimizá-los. Utilizando o Excel, foram criadas nove colunas para a matriz, incluindo informações como ID, nome do evento, valor anual e

probabilidade de ocorrência. Métricas como probabilidade, impacto, controle, pontuação e resultado foram utilizadas para classificar os riscos no planejamento tributário, permitindo o controle e a medição dos impactos futuros no caixa. A probabilidade foi dividida em três categorias (alto, médio e baixo) e o impacto em três categorias (grande, moderado e pequeno) para avaliação dos riscos.

A coluna de controle de risco é o resultado da combinação entre a coluna de probabilidade e a coluna de controle, servindo como base para a coluna de resultado. A probabilidade de o evento ocorrer é representada por um número e o controle é representado por uma letra que indica o grau de controle que a empresa possui sobre aquele evento. A partir da junção desses elementos é gerado o grau da matriz de risco, indicado na coluna de resultado.

Tabela 2- Parâmetros para matriz de risco.

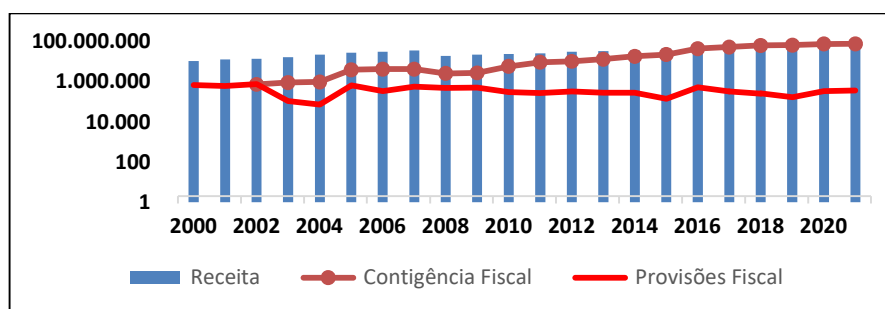
IMPACTO	CONTROLE DE RISCO	RESULTADO	GRAU DE RISCO
C - Pequeno	1 - Risco Alto / C - Pequeno	1C	Médio
B - Moderado	1 - Risco Alto / B - Moderado	1B	Alto
A - Grande	1 - Risco Alto / A - Grande	1A	Alto
C - Pequeno	2 - Risco Médio / C - Pequeno	2C	Baixo
B - Moderado	2 - Risco Médio / B - Moderado	2B	Médio
A - Grande	2 - Risco Médio / A - Grande	2A	Alto
C - Pequeno	3 - Risco Baixo / C - Pequeno	3C	Baixo
B - Moderado	3 - Risco Baixo / B - Moderado	3B	Baixo
A - Grande	3 - Risco Baixo / A - Grande	3A	Médio

4. RESULTADOS

A pesquisa identificou a perseverança em atividades que envolvem risco e incertezas. A Ambev é uma empresa com operações complexas em vários países, o que pode resultar em redução tributária. Porém, essas atividades possuem riscos e incertezas tributárias que vão além do que é tratado pelo CPC 22, que trata apenas da incerteza sobre tratamento de tributos sobre o

lucro. Ao analisar as informações sobre contingência fiscal e provisão fiscal em relação à receita da empresa, verifica-se que, em certos anos, a contingência fiscal supera a receita, o que pode indicar um potencial risco financeiro para a organização. Por um lado, os valores da provisão fiscal são significativos, embora sempre menores do que a receita, sugerindo que a empresa está se preparando para possíveis contingências sem afetar consideravelmente suas finanças. Por outro lado, ao examinar a contingência fiscal, é possível concluir que a empresa pode não ter capacidade financeira para cumprir suas obrigações caso haja uma perda definitiva dessas ações.

Figura 4-Demonstrativo de contingência e provisão fiscal sobre a receita.



Fonte: Elaborado pelo autor

Assim, é de extrema importância compreender os desafios tributários e as incertezas que as empresas enfrentam. Isso destaca a complexidade do planejamento tributário e a necessidade de uma gestão fiscal cuidadosa. Com base nisso, realizamos uma análise minuciosa das notas de contingências passivas e ativas da Ambev S.A desde o seu primeiro ano em 2000 até 2021. Para compreender o risco associado ao impacto da incerteza que a empresa está disposta a assumir, seguindo os critérios estabelecidos no item 3.2. Para tal, conduzimos uma regressão probit, cujos resultados são apresentados na Tabela 3.

Tabela 3-Outputs da regressão probit no Stata

Resultadoy	Coef.	Std. Err.	z	P> z
------------	-------	--------------	---	------

tipoimp	-0,4230881	0,298068	-1,42	0,156
valor	10,12613	4,288511	2,36	0,018
esfera	0,4561196	0,226428	2,01	0,044
tempodeprocesso	0,0571637	0,030159	1,9	0,058
_cons	-1,738858	0,549962	-3,16	0,002

A Tabela 3 apresenta os resultados do modelo, incluindo os coeficientes estimados e estatísticas relevantes. Com base em 168 observações, o teste qui-quadrado (LR $\chi^2(4) = 13.69$) indica que as variáveis independentes são importantes na explicação da variável dependente. O valor de 23.69 para a variável "valor" mostra que o modelo se ajusta bem aos dados, com uma probabilidade baixa (Prob > $\chi^2 = 0.0001$) de que as variáveis independentes não contribuam para explicar a variável dependente. Com base nos dados, conclui-se que as variáveis "valor" e "esfera" são estatisticamente significativas ($p < 0,05$), enquanto "tipoimp" e "tempodeprocesso" não são. Esses resultados indicam que o modelo apresenta evidências estatísticas suficientes de homogeneidade e que o resultado é significativo. No entanto, o modelo não explica completamente o comportamento da variável dependente, visto que o pseudo R^2 encontrado é de apenas 0,1168.

Portanto, outras variáveis não incluídas podem influenciar a variável dependente. Ao analisar os parâmetros, podemos verificar que eles são estatisticamente diferentes de zero, com um nível de confiança de 95%, exceto no caso do tempo de processo, onde há uma forte evidência de que ele influencia a expressão quando o parâmetro é igual a 90%. A expressão final de probabilidade estimada de risco de perda da contingência fiscal é determinada pela prova dada por:

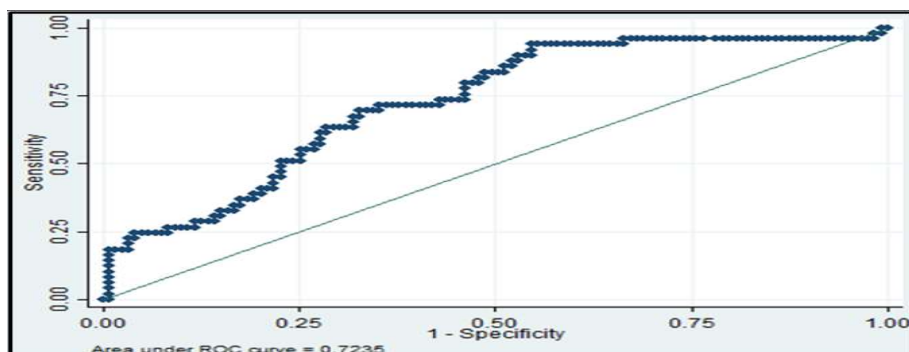
$$P_i = \emptyset (-1,7388 + 10,1261(\text{valorsi}) + 0,45611(\text{esferai}) + 0,5716(\text{tempoprocesspi}).$$

Esses resultados são importantes porque indicam a relevância das variáveis explicativas e permitem uma estimativa mais precisa do risco de perda da contingência fiscal. Isso pode auxiliar na tomada de decisões em relação a estratégias tributárias e na gestão de riscos fiscais. Com base no modelo de regressão probit que foi estimado, é possível realizar uma análise de sensibilidade para avaliar a precisão do modelo. Uma forma de fazer isso é por meio da geração da matriz de confusão, que permite avaliar a performance do modelo na classificação das observações em relação às categorias de interesse.

Por meio da matriz de confusão, a eficiência global do modelo baseado na regressão probit, medida do percentual total de acerto da classificação, é de 74,4%. Esse resultado indica que, em cerca de 74,4% dos casos, o modelo conseguiu classificar corretamente se uma contingência fiscal se concretizará ou não. Adicionalmente, analisamos a curva ROC (*Receiver Operating Characteristic*) do modelo de regressão logística para validação do modelo.

A área sob a curva ROC é um indicador da qualidade do modelo, variando de 0 a 1 (um modelo com poder discriminatório perfeito teria área igual a 1 e um modelo que não discrimina melhor que o acaso teria área igual a 0,5). No caso em questão, a área sob a curva ROC é de 0,7235 com nível de significância ($p < 0,05$), indicando que o modelo tem um poder de discriminação aceitável. Segundo Fávero et al. (2009), um modelo com área sob a curva ROC entre 0,7 e 0,8 é considerado de poder discriminatório aceitável.

Figura 5-Curva ROC



Fonte: Elaborado pelo autor

Além disso, o comando `predict prob,p` também permitiu obter uma lista de probabilidades de risco de perda para cada observação do modelo de regressão logística probit. Essa lista de probabilidades é usada como base para a construção da matriz de risco, que indica a classificação de cada contingência fiscal como baixo, médio ou alto risco. Essa classificação é baseada em um valor de corte que é determinado a partir das probabilidades de risco calculadas. No presente estudo, utilizou-se o modelo de regressão logística probit para estimar a probabilidade de risco de perda de contingências fiscais. A partir da lista de probabilidade gerada, foram identificados os riscos de acordo com os critérios previamente estabelecidos no item 3.4 conforme demonstrado na Figura 10.

Figura 6-Matriz de risco

Impacto	Probabilidade		
	1-Risco Alto	2- Risco Médio	3- Risco Baixo
C- Pequeno	19 observações (R\$ 13,575)	63 observações (R\$ 35,878)	2 observações (R\$ 1,66)
B- Moderado	4 observações (R\$ 9,7)	48 observações (R\$ 137,226)	6 observações (R\$ 26,3)
A- Grande		16 observações (R\$ 142,2)	10 observações (R\$ 74,9)

Fonte: Elaborado pelo autor

Desse modo, o modelo probit foi criado para gerar uma lista de probabilidades de perda para cada contingência ao longo do tempo. Essa análise permitiu a criação de uma matriz de risco, que antecipa possíveis impactos no caixa futuro da empresa. Dessa forma, é possível visualizar de maneira mais clara os possíveis riscos e tomar decisões mais assertivas para minimizá-los.

5. DISCUSSÃO

Sabemos que a percepção do imposto como um custo pode contribuir para que as empresas maximizem seus valores e minimizem seus riscos, proporcionando benefícios significativos (Scholes et al., 2014).

A característica descoberta foi o uso de estratégias complexa de planejamento tributário, em um contexto complexo pode resultar tanto em riscos quanto em benefícios para as empresas. A complexidade na lei pode ser identificada através de diversos fatores, incluindo ambiguidade, mudanças frequentes, cálculos complexos, formulários extensos e a necessidade de manter diversos detalhes em conformidade (Mustafa, 1996). No entanto, empresas com alta qualidade de informação interna podem simplificar as operações e identificar oportunidades fiscais. Além disso, a Ambev obteve benefícios fiscais através de processos tributários bem-sucedidos. A incerteza fiscal também pode contribuir para esses benefícios (Dyrenge et al, 2019).

Considera-se fundamental distinguir o risco fiscal de práticas tributárias agressivas ou de elisão, uma vez que o primeiro pode acarretar impactos negativos diretos na empresa, conforme evidenciado por

Lin et al. (2019). No entanto, é importante ressaltar que a incerteza fiscal pode, em certos casos, oferecer oportunidades de benefícios fiscais, como apontado por Dyreng et al. (2019). Compreender as complexidades desse tema é fundamental para lidar com o risco tributário e garantir o sucesso da organização em um ambiente volátil. Neste estudo, analisamos os riscos e incertezas tributárias enfrentados pela Ambev em suas operações complexas, além do escopo estabelecido pelo CPC 22. Por meio da regressão probit, avaliamos a probabilidade de perdas de contingências não registradas atualmente em debate com órgãos fiscais. Os resultados destacam a importância do valor das contingências, do tipo de imposto e da esfera do processo para explicar o risco de perda.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Neste estudo de caso, buscamos compreender as práticas de agressividade tributária no planejamento tributário, identificando características e propondo métricas mais precisas para mensurá-la.

Para uma análise mais precisa e abrangente, é necessário considerar as características específicas do planejamento tributário ao desenvolver métricas. Além disso, as contingências fiscais, em vez da provisão fiscal, podem ser uma proxy mais adequada para capturar a agressividade tributária. O tempo necessário para o julgamento das contingências também pode indicar a complexidade tributária. Questões tributárias frequentemente requerem análises detalhadas e debates judiciais extensos. Portanto, o tempo de julgamento pode ser usado como parâmetro para mensurar a complexidade enfrentada pelas empresas em

relação aos aspectos fiscais e tributários. Ademais, o CPC 22 poderia englobar como norma a incerteza sobre todos os tributos e não apenas incerteza dos tributos sobre o lucro.

A metodologia adotada, de estudo de caso, tem limitações de validade interna e externa inerentes ao método, mas que podem ser ponto de partida para estudos adicionais de validação das análises, interpretações e classificações realizadas neste estudo. Estudos futuros poderiam aprimorar essas tipificações, considerando diferentes setores e jurisdições. Isso permitirá identificar variações e tendências nas estratégias adotadas, fornecendo insights sobre as melhores práticas e desafios relacionados à otimização fiscal. Portanto, é de extrema importância que os estudos futuros abordem tanto as possíveis vantagens quanto as implicações negativas dessas estratégias, a fim de assegurar a transparência e a conformidade tributária em todas as decisões empresariais.

7. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- Chen X, Cheng Q, Chow T, Liu Y (2021) Corporate in-house tax departments. *Contemp Account Res* 38:443-482. <https://doi.org/10.1111/1911-3846.12637>
- Comitê de Pronunciamentos Contábeis. (2009). Pronunciamento técnico CPC 22: Informações por segmento, DF. Recuperado de: <https://www.cpc.org.br/CPC/Documentos-Emitidos/Pronunciamentos/Pronunciamento?Id=53>
- De Simone, L., Nickerson, J., Seidman, J., & Stomberg, B. (2020). How Reliably Do Empirical Tests Identify Tax Avoidance? *Contemporary Accounting Research*, 37(3), 1536-1561.
- Dyreng SD, Hanlon M, Maydew EL (2019) When does tax avoidance result in tax uncertainty? *Account Rev* 94:179-203.

- Fávero, L. P. (2009). *Análise de dados: modelagem multivariada para tomada de decisões*. Rio de Janeiro: Elsevier.
- Ftouhi, K., & Ghardallou, W. (2020). International tax planning techniques: a review of the literature. *Journal of Applied Accounting Research*, 21(2), 329-343.
- Hanlon M, Heitzman S (2010) A review of tax research. *J Account Econ* 50:127-178.
- Lin, X., Liu, M., So, S., & Yuen, D. (2019). Corporate social responsibility, firm performance and tax risk. *Managerial Auditing Journal*, 34(9), 1101-1130.
- Lima, J. P. C., Antunes, M. T. P., Mendonça Neto, O. R., & Peleias, I. R. (2012). Estudos de caso e sua aplicação: Proposta de um esquema teórico para pesquisas no campo da contabilidade. *Revista De Contabilidade E Organizações*, 6(14), 127-144. <https://doi.org/10.11606/rco.v6i14.45403>
- Mustafa, M. (1996), "An evaluation of the Malaysia tax administration system and taxpayers' perception towards assessment systems, tax law fairness and tax law complexity", *Journal of Taxation*, Vol. 65, pp. 125-135.
- Rego, S.O e Wilson, R. (2012) Equity Risk Incentives and Corporate Tax Agressiveness. *Journal of Accounting Research*, 50, 775-810.
- Saad, N. (2014), "Tax knowledge, tax complexity and tax compliance: taxpayers' view", *Procedia - Social and Behavioral Sciences*, Vol. 109, pp. 1069-1075.
- Scholes, M.; Wolfson, M.; Halon, M.; Erickson, M.; Maydew, E.; Shevlin, T. (2014). *Taxes and business strategy: a planning approach*. 5. ed. Prentice Hall.
- Yin, R. K (2010). *Estudo de caso: planejamento e métodos*. 4. ed. Porto Alegre: Bookman.